

## GÊNERO E SEXUALIDADE NOS PCNs: uma análise dos objetivos gerais

Rachel Luiza Pulcino de Abreu<sup>(\*)</sup>  
Raquel Alexandre Pinho dos Santos<sup>(\*\*)</sup>

### Resumo

Gênero e sexualidade se inserem nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) através do tema transversal *Orientação Sexual*. Propomos a análise dos objetivos gerais, pois eles possuem a função de apresentar as principais ideias que integram o documento.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade e PCNs.

### Abstract

Gender and sexuality are included in the National Curriculum Parameters (NPC) through the cross-cutting theme *Sexual Orientation*. We propose the analysis of general goals, they have the function to present the main ideas that compose the document.

**Keywords:** Gender. Sexuality e NPCs.

## 1 – REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

(...) durante as últimas cinco décadas do século XX, inúmeros acontecimentos promoveram uma maior visibilidade de questões relacionadas aos gêneros e às sexualidades, em especial no Ocidente. Diversos movimentos sociais (sexuais, raciais, étnicos, ecológicos, religiosos, de gênero, de nacionalidade), ao buscarem afirmar a própria voz, contribuíram (e contribuem) para evidenciar a existência de distintas políticas de identidade no campo da cultura (Jimena FURLANI<sup>1</sup>, 2008, p. 284).

Os questionamentos relacionados às temáticas de gênero e sexualidades estão associados às lutas lideradas pelos grupos sociais no decorrer da segunda metade do século XX. Esses movimentos eram caracterizados por fazerem críticas à forma como a cultura e a vida social era exposta, deixando grupos minoritários à margem social.

---

<sup>(\*)</sup> Doutoranda em Educação Pela PUC-Rio, com Mestrado em Educação na mesma instituição. Faz parte do Grupo de estudos GECEC, coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Andrade na PUC-Rio. Atua na área de gênero, sexualidade, diversidade sexual, currículo e ensino de história. E-mail: rachelpulcini@gmail.com.

<sup>(\*\*)</sup> Doutoranda em Educação pela PUC-Rio, com Mestrado em Educação na mesma instituição, faz parte do Grupo de estudos GECEC, coordenado pelo prof. Dr. Marcelo Andrade na PUC-Rio. E-mail: Raquel.aps@gmail.com.

<sup>1</sup> Com o intuito de não ocultar o gênero das autoras que utilizamos nessa pesquisa, sempre que possível, elas serão nomeadas pelos nomes e sobrenomes. Julgamos que quando optamos apresentá-las apenas pelo sobrenome corremos o risco de cair num suposto universal que muitas vezes pode ser confundido com o gênero masculino.

Observando o desenvolvimento dos estudos teóricos de gênero e sexualidade, identificamos que essas teorias tem seu surgimento associado ao movimento feminista e suas reivindicações a respeito da exclusão que as mulheres até então haviam sofrido. Assim, num primeiro momento as lutas feministas foram marcadas pela questão da inclusão da mulher na sociedade, denunciavam “(...) uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres, com os primeiros apropriando-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade” (Tomaz Tadeu SILVA, 2011, p. 92).

Desse modo, reconhecemos a importância da categorização da mulher pelas feministas, mas partimos das questões contemporâneas para pensar as questões de referentes ao gênero e as sexualidades.

Os problemas de hoje necessitam ser encarados a partir do reconhecimento de que tanto as identidades de gênero e sexuais são construídas social e culturalmente. Sendo assim, coadunamos com as ideias de Guacira Lopes Louro, quando afirma que as identidades de gênero e sexuais são construídas num processo contínuo percorrendo toda a vida dos indivíduos.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado (Guacira Lopes LOURO, 2008, p. 18).

A partir da compreensão de que os gêneros e as sexualidades não são características dadas ou naturais aos seres humanos, mas sim, características, normas, padrões que aprendemos e reafirmamos ao longo de nossas vidas, é necessário que consigamos dar um novo passo, rumo à percepção de que somos parte integrante do processo de inacabamento de construção dessas identidades, pois em nossa trajetória podemos nos posicionar de formas distintas frente a esses processos, tanto como agentes desses processos de reiteração, como podemos nos transformar em denunciadores dos mesmos.

Ao mesmo tempo em que necessitamos identificar o quanto somos marcados por essas instâncias culturais e sociais que reafirmam as identidades sexuais e de gênero, “(...) é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade” (Guacira Lopes LOURO, 2008, p.19). Mas, essa etapa só poderá se estabelecer como um período de mudança se cada um de nós começarmos a nos questionar sobre nossas próprias práticas, como educadoras e educadores.

É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres (Guacira Lopes LOURO, 2007, p. 204).

Segundo Jane Felipe, desde o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que trazia o Tema Transversal da Orientação Sexual, no final da década de 1990, é possível encontramos em diferentes partes do nosso país escolas que exercem promovam algumas discussões sobre esses temas, mas elas ainda caminham em direção à prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e à gravidez na adolescência. Essas abordagens são caracterizadas por uma visão restrita à esfera do biológico, sendo assim, transformam-se em perdas de oportunidades para a promoção de diálogos entre diferentes áreas de saberes, além de representarem episódios de pouquíssimas contribuições efetivas para a desmistificação preconceitos e de padrões enraizados em relação aos diferentes gêneros e sexualidades.

Apesar da relevância dessas iniciativas, considero fundamental ampliar estudos e pesquisas que possam dar conta de outras discussões em torno da sexualidade, enfatizando os aspectos culturais e sócio-históricos aí envolvidos. Desse modo, não só a disciplina de biologia, mas outros campos do conhecimento, como geografia, história, matemática, física, química, língua portuguesa, literatura, artes, educação física, religião, a partir de suas especificidades, poderiam contribuir significativamente, de modo a desenvolver uma educação para a sexualidade para além dos limites restritos da prevenção (Jane FELIPE, 2007, p. 80).

Assim, acreditamos em ações realizadas em conjunto, englobando as diferentes áreas (currículo, formação de professores/as, desenvolvimento psicológico, entres outras) envolvidas nos espaços escolares, propiciando um maior diálogo entre saberes distintos, como também favorecendo a ampliação dos debates nas escolas.

## **2 –ORIENTAÇÃO SEXUAL: QUAL O SIGNIFICADO DE SUA INCLUSÃO?**

A intersecção das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais somente em meados dos anos de 1990, com grandes avanços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher (Cláudia VIANNA, Sandra UNBEHAUM, 2004, p. 78).

As questões de gênero e as sexualidades transformaram-se em temas de pesquisas educacionais ao longo da década de 90 e adquiriram um impulso através da publicação

de políticas públicas voltadas para a educação, como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998.

Mas, apesar desse impulso, Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2004, p. 79), chamavam atenção no início dos anos 2000 para o pequeno número de pesquisas que abordavam o tema da discriminação das mulheres nas políticas públicas, assim como, a continuidade da discriminação as mulheres presente nos currículos e materiais didáticos escolares, entre outros problemas. As reflexões sobre o atual desenvolvimento de políticas educacionais e suas consequências para um sistema de ensino que reproduz de alguma maneira a desigualdade de gênero não foram ainda suficientemente desenvolvidas.

Mas, mesmo diante desses problemas, os anos 1990 representaram um marco no campo das políticas educacionais, pois através do lançamento dos PCN, que continha o tema transversal da Orientação Sexual, os temas de gênero e sexualidade foram incluídos pela primeira vez no currículo da educação formal.

No Brasil, essa é a primeira vez que o tema orientação sexual ou educação sexual é oficialmente inserido no currículo escolar nacional. De acordo com esse documento, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social-ética, saúde, meio-ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. Eles devem ser trabalhados, ao longo de todos os ciclos de escolarização, de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (Helena ALTMANN, 2003, p. 283).

Maria do Socorro Nascimento ressalta a importância do tema transversal como uma oportunidade para as escolas e também para as/os professoras/es de receberem informações sobre os temas ligadas a sexualidade. Para a autora, faz-se necessária a complementação dessas informações entre as diferentes áreas do conhecimento passando por referências, sociológicas, culturais, psicológicos e fisiológicos, possibilitando a transformação da escola num locus de reflexão.

A proposta enfatiza, ainda, a importância do conhecimento teórico sobre a temática da sexualidade, considerando que a consciência sobre quais são os valores, as crenças, as opiniões e os sentimentos que a ela relaciona-se, assumem papel primordial para o desenvolvimento de uma postura ética do professor na efetivação de sua prática profissional. (Maria do Socorro NASCIMENTO, 2009, p. 200)

Sendo assim, a inclusão do tema da Orientação Sexual nos PCN precisa ser pensada como um marco dentro das políticas públicas brasileiras para a educação., o que abriria espaço para novas oportunidades de debates no ambiente escolar acerca dos temas de gênero e sexualidade.

Entretanto, existem outras percepções sobre a inclusão desse tema no documento curricular. Segundo Maria de Fátima Cunha (2007), conceder aos PCN o lugar de marco inaugural dos debates sobre a inserção das questões referentes à sexualidade e ao gênero na escola parece um pouco problemático. Para a autora, essas questões vêm chamando a atenção das pesquisas desde a virada da década de 1970 para os anos 1980. Há algum tempo a questão da sexualidade e de gênero na educação, no sistema escolar e mais especificamente na escola, desperta a atenção dos pesquisadores. Fazendo referência a um estudo de Moema Toscano (2000), Maria de Fátima Cunha (2007, p. 3), afirma que as pesquisas daquela época seguiam em tom de denúncia a respeito das práticas sexistas nas escolas.

Maria de Fátima Cunha argumenta ainda que a inserção do tema da Orientação Sexual está associada aos avanços da epidemia de HIV/AIDS e outras DSTs, assim como, o aumento da gravidez na adolescência. Esclarece que antes do lançamento do documento, uma pesquisa foi realizada em 1993 pelo instituto Data Folha em 10 capitais brasileiras, perguntando a população se seriam favoráveis ou contra a inclusão da orientação sexual nos currículos escolares. A pesquisa mostrou que 86% do público ouvido a favor da inclusão.

Assim, ela compreende a inserção da Orientação Sexual está diretamente ligada aos interesses por parte do Estado em educar as/os jovens estudantes no caminho de um exercício do sexo seguro. Afirma que o interesse por trás da inclusão do tema da Orientação Sexual nos PCN está no combate às doenças sexualmente transmissíveis, principalmente, da AIDS.

Indo ao encontro da argumentação de Maria de Fátima Cunha exposta acima, temos o estudo de Helena Altmann (2001, p. 576) sobre a inserção da sexualidade no tema da Orientação Sexual. Para a autora, essa inserção não pode ser dissociada do crescimento das DSTs no Brasil

Atualmente, a escola tem sido apontada como um importante espaço de intervenção sobre a sexualidade adolescente que, nos últimos anos, adquiriu uma dimensão de problema social. Mais do que um problema moral, ela é vista como um problema de saúde pública e a escola desponta como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. A intenção de introduzir esse assunto no âmbito escolar torna-se evidente pela inserção da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) na forma de tema transversal (Helena ALTMANN, 2003, p. 283).

Entretanto, ressalta que essa preocupação já estava presente mesmo antes da publicação dos PCN, ela já podia ser observada através do lançamento e programas como

o projeto *AIDS e Escola* da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, como em projetos individuais criados por professoras/es da rede pública, impulsionados pelo aparecimento de casos de HIV.

Em outra ponta, também identificamos análises que destacam o tema da Orientação Sexual nos documentos como um momento marcante para a inclusão de gênero e sexualidade no currículo formal. Segundo Luciana Gandelman, não é possível negar a relevância dessa inclusão nos currículos.

Antes de mais nada, é preciso reconhecer a importância de encontrarmos dentro de um instrumento que se propõe a servir de base para a organização de um projeto educacional discussões relativas à questão do gênero. Isso reflete, por um lado, as conquistas dos movimentos feministas e, por outro, a importância e ampla aceitação que a categoria de gênero vem ganhando nos meios acadêmicos. (Luciana GANDELMAN, 2003, p. 210)

Outro aspecto a ser ressaltado foi o impulso dado pela inserção do tema da Orientação Sexual nas pesquisas no campo educacional, mostrando a importância da publicação e seus problemas. A educação sexual não surge na escola a partir dos PCN. Todavia, há de se identificar de que maneira este tema é reinscrito na escola dentro do contexto histórico e demandas atuais (Helena ALTMANN, 2001, p. 579).

Segundo Helena Altmann (2001, p. 580), o impacto da inclusão do tema da Orientação Sexual pode ser observado na produção de livros didáticos, como de livros voltados para orientação de professores e professoras de ensino médio que tratam dos PCN e mais especificamente dos temas transversais. Também comenta o aumento de cursos sobre o tema, promovidos pelo Sindicato dos Professores e pela Anped, que em sua 23ª reunião abriu o minicurso: “Os PCNs, os temas transversais e a escola pública à luz da análise da filosofia e da história da educação”.

Assim, os PCN e o tema da Orientação Sexual devem ser compreendidos como um momento divisor nas pesquisas sobre gênero e sexualidade na educação. Divisor por abrir espaço para novas problematizações na área, promovendo a ampliação dos estudos no campo, repercutindo em novos trabalhos na área curricular, assim como, na prática escolar, pela própria natureza do documento.

### **3 – GÊNERO E SEXUALIDADE NOS OBJETIVOS GERAIS DOS PCNS**

Os PCNs do ensino fundamental possuem uma característica que os diferencia dos demais documentos curriculares, os temas transversais. É essa transversalidade já

criticada por outras autoras nessa pesquisa, que pretendemos compreender como os temas de gênero e sexualidade estão inseridos nos documentos.

Propomos uma análise dos objetivos gerais PCNs do ensino fundamental II, pois consideramos que os objetivos gerais desempenham o papel de resumir os ideais expostos pelos diferentes temas a todas as disciplinas que integram o documento. A opção por analisar objetivos gerais está associada a sua transversalidade dentro dos documentos, já que, eles possuem a função de orientar todas as disciplinas que compõem os PCNs. Sendo assim, nossa investigação está centrada na compreensão de como os temas de gênero e sexualidade são expostos nos objetivos gerais.

Dessa forma, os objetivos gerais são expostos em destaque diferente do restante do texto fortalecendo sua relevância para o documento como um todo. Porém, acreditamos que o documento possui também aspectos que não estão bem construídos. Uma primeira crítica pode ser feita a escrita dos objetivos no que diz respeito ao tema das relações de gênero no documento.

Os subtemas das relações de gênero e da sexualidade aparecem no conjunto de temas transversais que devem perpassar todos os ciclos educacionais que constituem o ensino fundamental através do tema da Orientação Sexual. Contudo, no momento em que são descritos os objetivos gerais, fora do esquema dos temas transversais passando pelos ciclos e encontrando as áreas temáticas, o tema da Orientação Sexual não aparece como um dos objetivos gerais do ensino fundamental. Isso significa que apesar de descrito como um tema que constitui os objetivos gerais no esquema apresentado, o mesmo não é feito quando são apresentados os objetivos gerais por escrito. A maior aproximação ocorre na descrição do tema da pluralidade:

(...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, **de sexo**, de etnia ou outras características individuais e sociais; (...) (PCN do Ensino Fundamental – Temas Transversais, 1998, p. 7; *grifos nossos*).

A atenção dada pelo documento curricular expõe uma lacuna quanto ao valor concedido ao tema da Orientação Sexual pelo próprio documento. Essa ausência é ainda maior quando nos perguntamos pelo subtema das relações de gênero o subtema não é citado em momento algum na descrição dos objetivos.

Iniciamos esse tópico comentando a importância concedida pelos PCN aos seus objetivos gerais. Mas, essa relevância é comprovada ao longo dos outros fascículos

quando os objetivos gerais são referenciados como um lugar ao qual as/os educadoras/es devem recorrer para conduzir sua postura dentro das escolas.

**A postura dos educadores precisa refletir os valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais** a serem alcançados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, eles próprios respeitam a opinião de cada aluno e, ao mesmo tempo, garantem o respeito e a participação de todos, explicitando os preconceitos e trabalhando pela não-discriminação das pessoas. Para a construção dessa postura ética, o trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, em muito ajudará cada professor em particular nessa tarefa. (PCN do Ensino Fundamental II – Orientação Sexual, 1997, p. 303, *grifos nossos*).

Pretendemos com isso, expor a fragilidade dos valores democráticos e pluralistas expostos nos objetivos gerais, principalmente em relação às questões de gênero e a sexualidade. Ao mesmo tempo, reconhecemos e valorizamos que dentro do trecho selecionado o documento aborda a importância das/os professoras/es em guiarem os debates em torno desses temas visando uma postura ética e contra a discriminação.

Entretanto, isso não pode ser visto isoladamente da fragilidade da discussão iniciada pelos PCN em seus objetivos gerais. Nosso intuito ao denunciar essa fragilidade dialoga diretamente com a questão central dos PCN do ensino fundamental, a centralidade dos temas transversais e essa transversalidade dá-se através da elaboração de objetivos gerais com os quais todas as disciplinas integrantes do documento devam seguir.

A ausência de um tema representa sua desvalorização frente aos demais, além de minimizar as questões trazidas por esse tema às propostas curriculares a diante. Ou seja, essa ausência abre espaço para questionarmos como o tema da Orientação Sexual é compreendido dentro do conjunto de temas transversais.

Acreditamos que na construção de um documento de tamanhas proporções e significativo dentro de um projeto educacional, como foram os Parâmetros Curriculares Nacionais, não seja possível tratar essa falta como um esquecimento ou descuido, mas sim, como uma omissão. Os PCN de algum modo abriram mão de expor o tema transversal da Orientação Sexual dentro dos objetivos gerais a serem seguidos por todas as disciplinas.

Os temas das relações de gênero e da sexualidade são inseridos nos documentos do ensino fundamental como subtemas apresentados no PCN-Orientação Sexual, como eixos básicos para a discussão dos temas e para sua incorporação nos currículos. Desse modo, os subtemas que compõem o fascículo da Orientação Sexual são: 1) Corpo: matriz da

sexualidade, 2) Relações de gênero e 3) Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Assim como o documento de apresentação dos temas transversais, o fascículo da Orientação Sexual também possui objetivos gerais para o desenvolvimento e problematização do tema. Os objetivos representam o nível de compreensão das/os alunas/os deveriam possuir ao final do ensino fundamental. Logo, assumem grande relevância para o seu conjunto e evidenciam como as disciplinas devem abordar a temática para o aprofundamento do tema.

Sendo assim, sua análise mostra-se fundamental para percebermos o quanto e como os subtemas são discutidos. Para uma apreciação mais completa trazemos os objetivos gerais do documento:

- 1) **respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;** 2) compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; 3) conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual; 4) **identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;** 5) **reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;** 6) identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro; 7) reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois; 8) proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores; 9) agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids; 10) conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids; 11) evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos; 12) consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade. (PCN do Ensino Fundamental II – Orientação Sexual, 1997, p. 311, *grifos nossos*).

Após leitura dos objetivos gerais do documento, é possível perceber que dentre todos os listados fica bastante clara a predominância das temáticas relativas à saúde, principalmente, quanto à prevenção do HIV/AIDS e outras DSTs, assim como a prevenção a gravidez na adolescência. É possível identificar claramente que os quatro últimos objetivos estão direcionados ao assunto, além do terceiro, que também dialoga com o tema. A sexualidade é apresentada nos PCN como uma forma de debater o tema do sexo seguro.

O quinto objetivo, fala diretamente ao tema de gênero, concedendo relevância a cultura e aos aspectos sociais e não apenas a esfera biológica na construção dos gêneros. Entretanto, a predominância do subtema ligado à saúde na sexualidade demonstra um encaminhamento do PCN e do tema transversal para essa temática. Esse favorecimento de uma determinada temática no traçar dos objetivos gerais, conduz a uma percepção do documento com um tema em maior evidencia em relação aos outros e também, pode ser identificada como uma afirmação do direcionamento do próprio PCN ao tema.

Segundo Vicente Augusto Figueiredo, o documento utiliza em momentos distintos a categoria de gênero como um construto sociocultural, mas na maior parte do documento sua abordagem marca um uso estritamente biológico. E afirma, o PCN possui como opção preferencial à prevenção as DST e a gravidez precoce. Sua análise aponta o quanto às questões de gênero ainda são desprivilegiadas frente ao documento, mesmo sendo um dos subtemas da Orientação Sexual.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante, PCN), a definição de gênero nega a dualidade entre o masculino e o feminino. Porém, gênero é tratado de maneira lacunar: este conceito fica restrito e atrelado ao tema orientação sexual, não perpassa outras áreas do conhecimento, que não seja o da biologia; não contemplando seu caráter transversal. Apesar de negar o determinismo biológico, contido no conceito de gênero, privilegia os componentes biológicos da orientação sexual, tendo como principal preocupação a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a “gravidez indesejada de jovens” (Vicente Augusto FIGUEIREDO, 2009, p. 48).

A reflexão acima nos auxilia a compreender como os PCN privilegiam as questões referentes ao combate as DST e a gravidez na adolescência. Assim, argumentamos como o lugar ocupado pelas relações de gênero nos documentos do ensino fundamental é inferior frente a essas questões, marcando sua participação de modo lacunar diante dos demais subtemas que integram o fascículo da Orientação Sexual.

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse texto tentamos expor como as questões de gênero e sexualidades ficam em segundo plano dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Essas temáticas assumem uma posição inferiorizada, chegando a ser ocultadas nos objetivos gerais. Assim, o tema da Orientação Sexual proposto em tais documentos demonstra claramente uma visão predominante dos aspectos referentes ao sexo seguro e do combate a prevenção do HIV/AIDS, deixando as relações de gênero e outras dimensões da sexualidade como o prazer e as emoções numa posição lacunar.

## 5 – Referências

ALTMANN, Helena. Orientação sexual na escola: recortes de corpos e de gênero. *Cadernos Pagu*: Unicamp (21), pp. 281-315, 2003.

\_\_\_\_\_. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista Estudos Feministas*, n. 2, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MECSEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual*. Brasília: MECSEF, 1998.

CUNHA, Maria de Fátima. *Temas Transversais dos PCNs: uma análise de gênero e sexualidade*. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, realizado em São Leopoldo/RS, em julho de 2007.

FELIPE, Jane. Gênero e sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e formulação de políticas públicas. *Pró-Posições*, v.18, n.2, maio/ago. 2007.

FIGUEIREDO, Vicente Augusto Aquino de. *Gênero, patriarcado, educação e os parâmetros curriculares nacionais*. *Caderno Espaço Feminino*, v. 21, n. 1, Jan./Jul. 2009.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: n. 46. p. 269-285. dez. 2007.

GANDELMAN, Luciana M. Gênero e ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pró-Posições*, v.19, n.2, maio/ago., 2008.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas as tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: n. 46 p. 201-218. dez. 2007.

NASCIMENTO, Maria Socorro. Gênero e sexualidade: contribuições antropológicas para o estudo do currículo. *Revista Ártemis*, v. 10, 2009.

SILVA, Tomas Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*: Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.

\_\_\_\_\_ ; Unbehaum, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*: São Paulo, v.34 n.121, jan/abr. 2004.